

MINAS GERAIS NA REPÚBLICA: ATRASO ECONÔMICO, ESTADO E PLANEJAMENTO

MARCELO MAÇALHÃES GODOY *

* Doutor em História Econômica. Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar – da UFMG

Resumo: A compreensão da formação histórica de Minas Gerais não pode prescindir da consideração de determinações de longo prazo, notadamente de escolhas perpetradas pela elite regional em momento chave do processo de modernização do Brasil. A tomada de consciência do atraso econômico relativo, na passagem do século XIX para a centúria seguinte, e a série de políticas de desenvolvimento regional, concebidas e efetivadas no transcurso do período republicano, singularizam a evolução de Minas. A recuperação econômica assume posição central nas políticas econômicas, o Estado ascende à posição de ator privilegiado, elites modernas progressivamente projetam-se no setor público e o planejamento converte-se em instrumental estratégico. No processo de integração do mercado interno brasileiro caberá a Minas Gerais inserção periférica, marcada por persistências e mudanças que estabelecem ou aprofundam desequilíbrios intra-regionais, sociais e setoriais.

Palavras-chave: Minas Gerais, Período Republicano, Desenvolvimento Regional, Estado, Planejamento

Abstract: In order to understand the historical formation of Minas Gerais, it is necessary to consider its long-term determinants, especially the choices made by the regional elite at a key moment in the modernization process in Brazil. A growing awareness of the region's economic backwardness during the passage from the 19th to the 20th century led to a series of regional development policies, designed and put into place during the republican period, points to the uniqueness of Minas. Economic recovery took on a central role in the economic policies, the State rose to the position of privileged actor, modern elites progressively became more active in the government and planning became a strategic instrument. In the process of integration of the Brazilian domestic market, Minas Gerais has a peripheral position, marked by persistence and changes that establish or deepen intra-regional, societal and sector imbalances.

Keywords: Minas Gerais, Republican period, regional development, State, planning

Esperamos que, de alguma forma, o que discutiremos hoje à noite possa suscitar ou ampliar o interesse em relação à nossa História. O que se pretende aqui é uma tentativa de compreensão alargada, portanto de longo prazo, de nossa formação histórica, notadamente de nossa formação econômica. Por essa razão, iniciaremos a exposição com um recuo no tempo, e apresentar o que seria um modelo interpretativo da formação econômica de Minas Gerais, dos séculos XVIII e XIX, para então tratarmos do período republicano. Sem esse recuo, acreditamos impossível compreender as questões que estavam postas no centro das atenções no início do período republicano, fundamentais para superar a condição de subdesenvolvimento, já então considerada um problema grave.

Esse modelo interpretativo se estrutura em uma periodização da evolução da economia mineira segundo “ciclos longos”, ou períodos largos de tempo. O primeiro momen-

MINAS GERAIS NA REPÚBLICA: ATRASO ECONÔMICO, ESTADO E PLANEJAMENTO

to é a “economia do ouro”, que compreende aproximadamente as três primeiras quadras do século XVIII e tem como características fundamentais um dinâmico sistema escravista centrado na mineração, orientado para o mercado externo, pois, em última instância, trata-se de um produto colonial e uma “polarização espacial” exercida exclusivamente pelo núcleo minerador, pelos espaços da mineração, concentrados aproximadamente no centro geográfico da capitania. No século XVIII, Minas Gerais constitui-se no principal pólo do mercado interno da Colônia. É com a formação e desenvolvimento da “economia do ouro” que conhecemos o primeiro movimento de integração das economias regionais da América portuguesa.

Com a crise desse sistema escravista minerador, na terceira quadra do século XVIII, passamos à primeira transição. Uma transição certamente nos marcos de uma formação econômica pré-capitalista e que se realiza entre a segunda metade do século XVIII e a primeira quadra do século XIX. Qual o processo fundamental desse período de transição? Uma reestruturação produtiva, que significa o alargamento da fronteira de ocupação; a aceleração de um processo em curso, desde meados do século XVIII, de diferenciação espacial; e a conversão de um movimento centrípeto, predominante até a terceira quadra do século XVIII, de procura pelo centro de Minas Gerais, pelos espaços da mineração, em um movimento centrífugo, de procura pela fronteira, de alargamento da fronteira. Nesse quadro, há uma redefinição do padrão integrativo de Minas Gerais com as outras economias regionais do Brasil.

Superada a transição, passamos para um terceiro período, marcado pela consolidação de um dinâmico sistema escravista, agora uma economia de subsistência mercantil. A formação e o auge desse novo sistema econômico se processam entre a primeira e a terceira quadras do século XIX. Talvez Minas Gerais represente a única experiência histórica relevante, da época moderna, de passagem de um dinâmico sistema escravista orientado para o mercado externo para um dinâmico sistema escravista orientado para o mercado interno. Esse dinâmico sistema escravista está associado à consolidação da

regionalização em gestação desde a segunda metade do século XVIII e estabeleceu característica invariável de nossa história desde então: a grande diversidade interna de Minas Gerais. Isso significa dizer que é quase um anacronismo histórico considerar Minas Gerais como uma entidade homogênea sob qualquer aspecto que se considere. A diversidade será característica marcante da economia e demografia de Minas, para além das diferenças relacionadas à formação natural, que são anteriores, mas que também se transformam a partir da intervenção humana. O núcleo dinâmico desse sistema escravista são as atividades da agropecuária e os setores de transformação associados ou não à agropecuária. Vigora forte descentralização econômica, ou a constituição de sistemas econômicos sub-regionais com maior ou menor grau de autonomia. Altera-se o quadro prevalecente no século XVIII, quadro único na história de Minas Gerais, quando da existência de um verdadeiro centro polarizador capaz de integrar todo o espaço efetivamente ocupado de Minas Gerais. Até o terceiro quartel do Dezoito, a economia do ouro, espacialmente concentrada no centro da capitania, exercia atração sobre os outros espaços regionais mineiros, para além de se constituir no mais importante pólo do mercado interno colonial. Essa polarização nunca mais será alcançada. À desagregação da economia do ouro seguiu-se processo de desconcentração espacial econômica e demográfica e a ausência de centro capaz de integrar o território mineiro. A fragmentação regional prevalecerá entre a última quadra do século XVIII e a primeira do século XX, quando estava em curso a lenta formação de área de influência da nova capital, instalada exatamente no antigo centro minerador. No presente, Belo Horizonte não polariza o conjunto do estado, pois boa parte do Sul de Minas, do Triângulo e da Zona da Mata é polarizada por outras metrópoles regionais, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo. Outra característica desse período é o primado do mercado interno, ou economia com o predomínio de direção não exportadora da produção. O grosso da economia mineira estava orientada para o mercado interno, seja para o seu próprio mercado interno, seja para o mercado interno do país,

MINAS GERAIS NA REPÚBLICA: ATRASO ECONÔMICO, ESTADO E PLANEJAMENTO

portanto de outras províncias. Entretanto, existiam alguns importantes espaços regionais e sub-regionais agroexportadores. O principal era o café da Zona da Mata.

A segunda transição é completamente diferente da transição do século XVIII para o século XIX. É a transição para uma formação econômica capitalista. Trata-se da crise desse sistema escravista, entre a terceira e a quarta quadra do século XIX, e a passagem para outra formação econômica. Essa segunda transição, que nos interessa particularmente, deve ser entendida em dois planos de enquadramento, que nos permitirão compreender as condições econômicas e sociais de Minas na entrada do século XX, no início do período republicano. O primeiro é o quadro geral das “reformas liberais” do século XIX, que podem ser sintetizadas na reconfiguração dos termos de inserção do Brasil, e de Minas no Brasil, na divisão internacional do trabalho. A nós cabia uma posição periférica, expressa no provimento de alimentos e matérias-primas para o centro e a importação de bens manufaturados, para além de grande dependência financeira. É, portanto, nada mais do que uma adaptação às novas contingências e determinações do centro capitalista. Essas contingências e determinações dizem respeito não só ao Brasil, mas ao conjunto da América Latina. Uma série de processos compõe essas “reformas liberais”, que têm por objetivo adequar a periferia às novas exigências do centro. O processo de modernização do Brasil define o segundo enquadramento. As referidas “reformas liberais” devem ser entendidas como integradas à modernização do país, conquanto insuficientes para explicar inteiramente a dinâmica das mudanças em curso. Ou seja, desde por volta de 1850, estão em movimento uma série de transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e institucionais que, no longo prazo, irão alterar profundamente o perfil do Brasil.

Destacam-se quatro processos que integram nossa modernização. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre é o primeiro. O segundo é o estabelecimento da propriedade privada juridicamente plena, a partir de 1850, com a Lei de Terras. O terceiro processo é a modernização das relações

comerciais e financeiras, particularmente a progressiva constituição de sistema bancário. O quarto é a transição de rede de transportes tradicionais para um sistema de transportes moderno e integrado. É preciso salientar: são processos de longo prazo, portanto se estendem por um intervalo de tempo largo e, no caso de países periféricos, em especial os países de tradição colonial, são processos marcados pela incompletude e ritmo relativamente lento.

Consideramos a segunda metade do século XIX, em particular as décadas de 70 e 80, período-chave para as principais economias regionais do Brasil. É preciso insistir que ainda não podemos falar em um mercado interno integrado. Devemos entender as referidas economias regionais do Brasil como espaços econômicos com um grau de autonomia bastante elevado, logo com um grau de integração muito pequeno. Isso significa dizer que o impacto dessas transformações é regionalmente muito diferenciado. Entendemos, em sintonia com certa literatura, que essas duas décadas são chave porque configuram uma “oportunidade histórica”. Oportunidade na medida em que o aproveitamento ou não dessa conjuntura favorável definirá a forma, o ritmo e o alcance do processo de modernização em cada uma dessas economias regionais. É, portanto, o momento da partida de certas transformações em direção a uma economia capitalista avançada.

Vejamos rapidamente a evolução de algumas das principais economias regionais do Brasil, antes de refletirmos especificamente sobre o caso mineiro. A partir do exame da resposta de Minas a essa “oportunidade histórica”, teremos os elementos necessários para pensar o estado na República.

O Rio de Janeiro deve ser segmentado em duas realidades. Na última quadra do século XIX, a cafeicultura fluminense está em franco declínio e a economia regional encontra-se estagnada. Entretanto, o quadro da cidade do Rio de Janeiro é diferente, sobretudo por apresentar dinamismo relativamente independente das vicissitudes do conjunto da província. A Corte, depois capital federal, não apenas desempenhava funções relacionadas à condição de centro político e administra-

MINAS GERAIS NA REPÚBLICA: ATRASO ECONÔMICO, ESTADO E PLANEJAMENTO

tivo do país, mas também cumpria importantes funções econômicas e financeiras, que se desdobravam por espaço territorial muito mais amplo. Mais do que aproveitar a referida oportunidade, a cidade do Rio de Janeiro apresentará crescimento econômico constante ao longo do século XIX e início do século XX, conquanto superada em importância pela cidade de São Paulo na década de 1920.

São Paulo é a economia regional que efetivamente aproveitará a mencionada “oportunidade histórica”. Combinaram-se vários fatores favoráveis a partir da década de 1870: a presença de relações virtuosas e auto-sustentáveis entre café e indústria, o desdobramento de capital agrário e mercantil em capital industrial e a partida da industrialização, a especificidade da transição do trabalho em São Paulo, com a solução imigrante, exclusiva de São Paulo, que é um diferencial importante, o desenvolvimento urbano e a multiplicação das funções das cidades de São Paulo, em particular da capital, desenvolvimento urbano com uma série de especificidades não observáveis em outras economias regionais do Brasil, a aceleração da constituição de um mercado de terras propriamente capitalista, processo muito mais lento e incompleto no restante do país e a formação de uma rede bancária moderna, com a superação da estrutura de crédito tradicional.

Pernambuco e Bahia, as principais economias regionais do Nordeste desde o período colonial, caracterizam-se por uma “modernização sem mudança”. O núcleo dinâmico dessas economias, o setor açucareiro, transforma-se apenas parcialmente. Persistiram relações de propriedade e de produção não capitalistas e é lenta e incompleta a modernização tecnológica da agroindústria canavieira. Essas são as razões da perda de importância do comércio externo de açúcar brasileiro, que, no início do século XX, respondia por ínfima parcela do mercado internacional de açúcar. A alternativa será destinar a produção açucareira para o mercado interno, sobretudo a partir de 1930, com a decisiva participação do Estado, reservando mercados do Sudeste para a produção nordestina.

O caso do Rio Grande do Sul é marcado, como em Minas, por diversidade regional, embora não tão complexa, e por economia orientada para o mercado interno. Observa-se que nenhum dos sistemas econômicos do Rio Grande do Sul conseguirá aproveitar as possibilidades da referida “oportunidade histórica”. Não se elaborará um projeto de desenvolvimento regional capaz de integrar os subsistemas econômicos gaúchos.

Vejamos agora o caso de Minas Gerais, que é o que nos interessa particularmente. De forma sintética, podemos afirmar que, no momento da partida do processo de modernização, em especial nessas duas décadas-chave, quando está configurada a “oportunidade histórica”, Minas Gerais se apresentava em posição proeminente no quadro geral das economias regionais do Brasil.

Minas Gerais tinha o maior sistema escravista regional do país, o que significava deter a economia mais dinâmica, posto que a posse de escravo, no século XIX, pelo menos até a década de 1870, era índice de dinamismo econômico. Minas apresentava a segunda economia cafeeira do país, em termos de produção, e em fase acelerada de expansão na década de 1870, além de deter a mais dinâmica economia de subsistência mercantil voltada para o mercado interno nacional, e de ser a província com o setor de transformação – entenda-se atividades industriais, posto que não estamos falando de industrialização – mais desenvolvido do país, pelo vigor de sua indústria têxtil, de sua indústria siderúrgica, e pela transformação de gêneros da agropecuária. Minas Gerais apresentava a maior população do Império e, nessa medida, o maior mercado consumidor, sendo a taxa de crescimento da população livre mineira, no século XIX, superior à taxa média nacional. A região mineira ainda conservava uma malha urbana extremamente capilarizada e desenvolvida, em parte herança do século XVIII e em parte já resultado de um processo de reestruturação funcional dos centros urbanos. Minas Gerais possuía elevado dinamismo da circulação mercantil interna e externa. É possível dizer que, nesse momento, a região mineira havia dado a

MINAS GERAIS NA REPÚBLICA: ATRASO ECONÔMICO, ESTADO E PLANEJAMENTO

partida à constituição de uma divisão regional do trabalho interna à província. Privilegiada também quanto aos recursos naturais, Minas apresentava matérias-primas indispensáveis ao processo de industrialização (basta lembrar o caso do minério de ferro e do manganês, entre outros) e uma capacidade de geração de energia hidráulica sem paralelo no país e, mesmo depois, de geração de energia elétrica, quando do início da construção de hidrelétricas. A primeira hidrelétrica da América Latina foi construída em Minas Gerais. Além disso, vigorava um protecionismo natural bastante importante, resultante da posição geográfica interior e dos custos elevados dos transportes, que asseguravam mercado praticamente cativo para a produção mineira.

Essas características e tantas outras, embora essas devam ser as mais importantes, colocavam Minas Gerais, na terceira quadra do século XIX, em condições privilegiadas para aproveitar a referida “oportunidade histórica”. O que era necessário fazer? Certamente, entre os aspectos que deveriam compor uma política de desenvolvimento regional, deveriam estar presentes o fortalecimento do mercado interno mineiro, uma política industrialista e a conversão de proteção geográfica em proteção tarifária, proteção aduaneira, enfim, protecionismo. Ao contrário, o que se observa é que, por várias razões, no início do processo de modernização do Brasil, não existe um projeto de desenvolvimento regional para Minas Gerais. Mencionaremos apenas alguns aspectos de destacada importância.

Em primeiro lugar, em um quadro em que vigora um modelo político centralizado – refiro-me ao período imperial –, as elites mineiras apresentavam, em geral, uma ausência de consciência de pertencimento a uma entidade regional, para além da unidade político-administrativa. À diversidade regional já mencionada correspondeu uma fragmentação dos interesses das elites mineiras. Em segundo lugar, prevalece um *éthos* patrimonialista e o clientelismo tende a mediar as relações entre a sociedade civil e o Estado. A tradução prática: uma verdadeira insensibilidade ante o potencial de transfor-

mação da economia regional, ante essas possibilidades há pouco mencionadas, uma indiferença para com as vantagens relativas da economia regional, da economia mineira; e uma impassibilidade diante da “oportunidade histórica”, ou seja, incompreensão ou negligência ante um quadro nacional e internacional favorável às transformações que se poderiam colocar em movimento. Outra característica, a fragilidade econômica e baixa expressividade de empreendedores de tipo moderno, e aqui me refiro a empresários industriais. Há ainda a prevalência ou maior influência de signos de distinção social tradicionais, como aquisição de terra, propriedade de escravos, busca de atividades ligadas ao “rentismo” urbano, entre outros. Também importante é a resistência à mudança social. Ou seja, a estrutura de poder que predomina em Minas Gerais é assente no controle da terra e na subordinação política das populações rurais. É preciso lembrar que, nesse momento, a parcela da população que vive em espaços verdadeiramente urbanos é francamente minoritária. Por fim, talvez mais como consequência de tudo o que foi dito, mas ainda assim um elemento decisivo, a esta apropriação de projetos e recursos orientados para a modernização, uma apropriação pessoal destituída de qualquer identificação com um projeto de desenvolvimento regional. O modelo de incentivos e subsídios públicos a iniciativas modernizantes era baseado em privilégios e monopólios, e as elites mineiras não perderam tempo em se aproveitar desse modelo.

Vejamos alguns aspectos da modernização em Minas Gerais que refletem essa perda de oportunidade. No que se refere à terra, à questão fundiária, preserva-se ou aprofunda-se uma estrutura fundiária concentrada, um acesso não democrático à terra. Quanto ao trabalho, a transição é para relações de trabalho não capitalistas. A transição mineira não se baseia na passagem do escravo para o imigrante, mas, sim, na passagem do escravo para o livre nacional, em relações sociais de produção não capitalistas. Na cafeicultura mineira, certamente, nessa altura, o espaço sub-regional mais dinâmico de Minas Gerais, pode-se observar a incipiência dos desdobramentos café-indústria, ao contrário do que ocorre em São

MINAS GERAIS NA REPÚBLICA: ATRASO ECONÔMICO, ESTADO E PLANEJAMENTO

Paulo. Aquelas relações virtuosas são identificáveis em Minas Gerais, mas não são auto-sustentáveis. A indústria mineira é muito disseminada e espacialmente desconcentrada, opera em pequena escala de produção, o que, em larga medida, é definido pela desconcentração do próprio mercado consumidor e pela vigência de custos de transporte bastante elevados, e apresenta nível técnico baixo.

Um bom exemplo de como a modernização em Minas é marcada pela impropriedade e pela ausência da consciência das possibilidades de transformação é o caso dos transportes. O modelo de modernização dos transportes que prevalece em Minas, que, a rigor, segue o mesmo modelo do conjunto do país, é um modelo insensível às exigências da economia mineira. A modernização ferroviária no Brasil, salvo poucas exceções, é essencialmente orientada para as necessidades da agroexportação. A economia mineira é essencialmente voltada para o mercado interno. Em última instância, a modernização ferroviária faz parte das referidas “reformas liberais”, reformas que objetivam, é claro, dinamizar a vinculação da periferia do capitalismo ao centro. Portanto, privilegia-se o escoamento de alimentos e matérias-primas, como foi dito, e assegura-se a distribuição de importados. Inclusive, um dos efeitos perversos da modernização ferroviária, quase que toda amarrada a um “modelo radial”, ou seja, dos portos em direção ao interior, sem ferrovias ou ramais que integrassem as economias regionais, seria abrir os mercados internos do interior a esses produtos importados. É bom dizer que, se esse modelo de modernização dos transportes é funcional para uma economia agrário-exportadora, não o é certamente para uma economia que se vincula fundamentalmente ao mercado interno, como é o caso de Minas Gerais. É preciso também dizer que, até essa altura ou até a terceira quadra do século XIX, os transportes tradicionais são compatíveis com a evolução da economia mineira e atenderam perfeitamente às necessidades internas e externas de comunicação e circulação. Ou seja, eles foram, durante um certo período, funcionais para uma economia não-exportadora. Nesse momento, naturalmente se deveria pensar em um modelo de modernização dos transportes

adequado ou compatível com uma economia voltada para o mercado interno. Outro problema decorrente da disfuncional modernização ferroviária para Minas Gerais está refletido nas finanças da província e depois estado. Os institutos da “garantia de juros” ou da “subvenção quilométrica”, que asseguravam remuneração mínima e satisfatória para os investimentos na construção e operação de ferrovias no Brasil, oneravam sobremaneira os cofres públicos. Minas apresentava contas públicas equilibradas até a década de 1870, quando o ônus do subsídio provincial às ferrovias impactaram enormemente no orçamento e levaram a crescente endividamento externo.

Na passagem do século XIX para o século XX, verificamos a tomada de consciência do atraso relativo de Minas Gerais, da sua condição de subdesenvolvimento. A constatação do atraso econômico estimulará o desenvolvimento de planos para a superação dessa condição, portanto uma articulação política por meio da concepção e efetivação de projetos para o desenvolvimento regional de Minas Gerais. A referida consciência somente emerge no início do século XX porque a primeira década republicana é marcada pela resolução de uma série de conflitos internos as elites mineiras, ainda incapazes de se pensarem pertencendo a uma entidade regional comum. Trata-se de tardia percepção da condição de subdesenvolvimento resultante da perda da mencionada “oportunidade histórica”. Então, a partir desse ponto, o que se irá verificar, pelo menos até o período que trataremos – a década de 60 –, é a colocação em movimento de uma série de projetos de desenvolvimento regional com vistas a superar a posição de atraso relativo.

São duas vertentes de políticas de desenvolvimento que irão vigorar ao longo desse período. Uma preconiza a diversificação econômica, a idéia de um sistema econômico completo, ou seja, de se buscar desenvolver a agricultura, a pecuária, a agroindústria e a indústria ao mesmo tempo. Esse tipo de modelo combina com o quadro de uma economia regional pouco integrada ao mercado nacional. Um segundo modelo já aparece como projeto no início do século XX, ainda que de forma embrionária, mas irá esperar quatro décadas para conhe-

MINAS GERAIS NA REPÚBLICA: ATRASO ECONÔMICO, ESTADO E PLANEJAMENTO

cer sua primeira tentativa de efetivação, quando o processo de integração do mercado interno está avançado e em termos irreversíveis. Trata-se de projeto que propõe, ao contrário do primeiro, a especialização produtiva, ou seja, que coloca a industrialização no centro das atenções ou como o principal meio para superar a condição de atraso relativo. São diversas as variáveis que determinam qual será a política de desenvolvimento hegemônica em cada período. Os condicionamentos da economia regional de Minas, da economia nacional e da economia internacional, em combinação sempre nova, irão definir qual é a natureza do projeto hegemônico em cada um dos momentos.

Outro dado importante, e que define eixo indispensável à compreensão dessas transformações no século XX, é a gradual diferenciação das elites de Minas Gerais e o surgimento progressivo de divergências de interesse que, em última instância, não se resolver nos termos habituais da nossa cultura política, portanto na direção de uma grande conciliação. Quais são essas elites? As elites tradicionais, as agrárias e as políticas, e as elites modernas, as empresariais e as técnicas.

A crescente intervenção do Estado na esfera econômica também é traço permanente, outro eixo fundamental perceptível desde o início do século XX até a década de 60. O Estado amplia os campos e a intensidade da interferência na economia. A compreensão da participação do setor público em Minas Gerais é indispensável, como o próprio título dessa exposição já quis pôr em evidência, ou seja, o Estado é um agente privilegiado no processo de tentativa de superação da condição de subdesenvolvimento ou da implantação de um modelo de desenvolvimento, que é marcado por uma série de contradições, como iremos salientar.

Qual é o ponto de partida para a articulação política e intervenção na realidade? É a produção de diagnósticos, balanços e levantamentos da situação geral da economia e da sociedade de Minas Gerais. Esses balanços quase sempre convergem para o mesmo ponto, para a constatação da posição de atraso relativo. Essa visão dualista sempre coloca Minas em

uma posição de atraso diante de São Paulo e do Rio de Janeiro. É uma visão sempre permeada de certo negativismo, de certo pessimismo. O quadro econômico e social de Minas Gerais suscita preocupações. Trata-se de quadro de estagnação econômica, de desarticulação interna e de evasão populacional.

Outro aspecto importante é o surgimento e a reiteração, desde o final do século XIX, da percepção da ausência de um centro polarizador interno capaz de integrar o conjunto de Minas Gerais e conter a influência de pólos econômicos externos, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. Não se pode entender a mudança da capital, não se pode entender a escolha do local em que seria construída a nova capital, sem se considerar a busca da constituição de um centro político associado a um centro econômico capaz de polarizar o conjunto do estado, integrar o conjunto do estado. Duas formas de integração, como podemos verificar se examinarmos o processo histórico em seu conjunto no século XX. Primeiro, no quadro de um mercado interno nacional não integrado, em um quadro em que prevalecem sistemas econômicos regionais. Inicialmente se busca uma economia autônoma em relação ao restante do país, um sistema econômico completo e independente. Em um segundo momento, quando se mostra inviável o primeiro padrão de integração, visto que a integração do mercado interno nacional é irresistível e irreversível, busca-se integração ao mercado interno brasileiro que não seja periférica, que não seja dependente. Passa-se a lutar pela superação da condição periférica, da condição dependente ou subordinada. Então já não se pensa mais em um sistema econômico completo, mas em um sistema econômico que se integre da melhor forma possível ao sistema econômico nacional.

O primeiro projeto de desenvolvimento regional do início do século XX é o projeto de diversificação econômica. Ele foi definido no 1º Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, realizado em Belo Horizonte, no ano de 1903, presidido por João Pinheiro, e que reuniu as “classes produtoras” de Minas Gerais, os representantes das elites econômicas regionais. Prioriza-se o projeto de modernização da agropecuária,

MINAS GERAIS NA REPÚBLICA: ATRASO ECONÔMICO, ESTADO E PLANEJAMENTO

sem desconsiderar a indústria, mas centrado no desenvolvimento agropecuário. De fato, ao longo da Primeira República, prevalece o projeto de diversificação econômica com ênfase na integração regional, que postula progressiva substituição de importações e que objetiva a constituição de sistema econômico completo.

No entanto, como referido, desde o início do século XX emerge o projeto de especialização industrial, que só irá se impor, como foi salientado, 40 anos depois. O que ele propõe é a concentração dos investimentos no setor potencialmente mais dinâmico. Portanto, a percepção da existência de vantagens comparativas ou de uma certa vocação econômica. Há estreita associação desse projeto com profissionais egressos da Escola de Minas de Ouro Preto, principal centro de formação técnica, de quadros técnicos que se projetarão no setor público, primeiro e essencialmente, como assessores técnicos, seja na administração central, seja em administração paralela, e também, em um segundo momento, sobretudo a partir da década de 50, na ocupação de cargos políticos administrativos e de direção. Uma das preocupações centrais daqueles que propugnaram ou se associaram a esse projeto é a política mineral e siderúrgica de Minas Gerais, que desde o final do século XIX e início do século XX, coloca-se como um problema, sobretudo porque se trata de um momento em que há uma verdadeira competição no plano internacional, pela captura, pelo controle de reservas estratégicas de minerais e sua transferência, sua exportação para a Europa e Estados Unidos.

Na década de 30, surge uma nova etapa, a crise do modelo primário exportador e a emergência do modelo de industrialização substitutiva de importações. Processam-se a introversão da economia brasileira, a priorização da integração do espaço econômico nacional e a gradual constituição de uma divisão regional do trabalho. O resultado dessa divisão regional do trabalho, que estará consolidada entre 1930 e 1960, é a constituição de um pólo nacional, é São Paulo, e a quase completa periferação do conjunto ou do restante do país.

Minas Gerais, aparentemente, encontrava-se em uma posição favorável em 1930, tendo em vista a diversificação econômica em curso. No entanto, na realidade, a diversificação buscava fortalecer uma inclinação que já não era mais compatível com a dinâmica da economia brasileira, tendo em vista a integração do mercado interno, uma integração que colocará Minas Gerais em uma posição subordinada. Ainda assim, na década de 30, prevalece a continuidade do projeto de desenvolvimento econômico diversificado, embora com características novas. A principal característica é a centralidade do Estado como agente privilegiado do desenvolvimento regional. O governo de Minas Gerais, na década de 30, prioriza o desenvolvimento da agropecuária e da agroindústria, sobretudo gêneros da agricultura e da pecuária para a indústria, conquanto se observe forte expansão da siderurgia, em continuidade com a década de 20, o que mostra que aquele projeto de especialização industrial não era destituído de sentido econômico. Ainda que não seja hegemônica no quadro do desenvolvimento regional, a siderurgia cresce sobremaneira. Basta dizer que, em 1940, Minas Gerais detém liderança incontestada na siderurgia brasileira. Antes da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, Minas respondia por 60% do aço produzido no Brasil, 90% do ferro-gusa e 50% dos laminados. E a siderurgia em Minas, que representava algo em torno de 4% da produção industrial mineira em 1919, em 1939 já representava quase um quarto (24%).

No início da década de 40, observamos importante alteração do projeto de desenvolvimento regional de Minas. Pela primeira vez, prioriza-se o desenvolvimento industrial, decorrência de fatores internos e externos ao Brasil. O principal fator interno foi a perda do projeto da grande siderurgia. Minas Gerais lutou para que a grande siderurgia aqui se estabelecesse, mas perdeu para o Rio de Janeiro. Por decisão do Governo Federal, a CSN acabou instalando-se em Volta Redonda. A resposta do Governo de Minas foi a elaboração e a efetivação de projeto de desenvolvimento regional estruturado na centralidade da industrialização. A conjuntura internacional também é muito favorável. A Segunda Guerra Mundial

MINAS GERAIS NA REPÚBLICA: ATRASO ECONÔMICO, ESTADO E PLANEJAMENTO

implicou o aprofundamento da industrialização substitutiva, e a centralização política do Estado Novo foi fundamental, porque ampliou a subordinação das economias regionais em relação às determinações de um projeto para o conjunto do país. Supera-se definitivamente a idéia de um desenvolvimento regional autônomo e considera-se a inevitabilidade da integração de Minas ao centro dinâmico da economia nacional. A principal realização desse período foi a criação da cidade industrial de Contagem, o embrião do “sistema de distritos industriais” que foram implantados a partir da década de 50. O momento foi decisivo para acelerar o crescimento de Belo Horizonte, a constituição de um centro econômico capaz de polarizar o território de Minas Gerais. Consolidou-se também o papel central do Estado na promoção do desenvolvimento regional.

Uma breve nota sobre os dois governos do final da década de 40 e início da década de 50, porque foram governos-chave da história de Minas Gerais. O governo Milton Campos, de 1947 a 1950, representou o último momento de vigência de projeto de desenvolvimento regional diversificado, embora com a indústria no centro das atenções. No governo Campos procedeu-se à formulação de um primeiro plano bem estruturado, em que o planejamento entrava de forma decisiva para a superação da condição de subdesenvolvimento. Tratava-se do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, que teve em Renné Giannetti o seu grande mentor. E depois o governo de Juscelino Kubitschek, de 1951 a 1954, quando a especialização industrial foi definitivamente colocada em primeiro plano. Governo conhecido pelo “binômio energia e transporte”, pela priorização de investimentos infra-estruturais em geração de energia e modernização dos transportes, portanto por criar as condições indispensáveis para a arrancada industrial. O governo JK também deve ser ressaltado pelo surgimento de uma estrutura político-administrativa paralela. Foi o momento em que se esvaziaram as atribuições do centro institucional das políticas econômicas, que se mantinha desde a década de 30, e restringiu-se a sua importância à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, e

do surgimento ou reforço de agências específicas para o desenvolvimento industrial. Nesse contexto foi criada a Cemig, em 1952, e dinamizado o DER de Minas Gerais, criado em 1946, as duas instâncias administrativas que respondem pelos fortes investimentos em transporte e geração de energia. A Cemig é o embrião do desenvolvimento regional estruturado em agências governamentais, baseadas, portanto, na presença de uma tecnoestrutura e na centralidade da utilização de recursos instrumentais de planejamento.

Na década de 60, Minas Gerais estava pronta para a grande arrancada industrial. A maturação do planejamento, como instrumento de política econômica, o aperfeiçoamento de estrutura institucional, com a multiplicação nas décadas de 50 e 60 de agências governamentais voltadas para o desenvolvimento, a consolidação de um corpo técnico, de uma elite técnica no aparelho de Estado, a definição de modelo de especialização industrial e a maturação de padrão de investimentos que privilegiava capitais públicos nacionais e privados estrangeiros compuseram quadro favorável à arrancada industrial de Minas Gerais.

No entanto, sobreveio a crise econômica, que pôs em evidência a fragilidade da indústria mineira. O esgotamento do modelo de industrialização substitutiva de importações se manifestou sobretudo por crise em que sobressaíram desequilíbrios e contradições geradas em 30 anos de crescimento econômico. Desequilíbrios manifestos na assimetria do desenvolvimento regional brasileiro. Um processo de industrialização não planejado que resultou em concentração econômica excessiva. No final da década de 50, São Paulo deteve algo próximo de dois terços do produto interno bruto nacional. Nos demais espaços regionais do Brasil, ainda são vigorosas relações sociais de produção e de propriedade não-capitalistas e elevados níveis de pobreza. O modelo é concentrador da renda e da riqueza. Também são expressivos os desequilíbrios setoriais. Conquanto entre as décadas de 30 e 50 o Brasil tenha alcançado estágios superiores do processo de industrialização, a modernização no campo foi lenta e conservadora. Basta que

MINAS GERAIS NA REPÚBLICA: ATRASO ECONÔMICO, ESTADO E PLANEJAMENTO

comparemos as taxas de crescimento da indústria com as da agricultura para se perceber que os ritmos são completamente diferentes. As relações sociais no campo alteram-se pouco, em razão da feição conservadora da modernização. O modelo de industrialização por substituição de importações encontra seus limites, pois gerava desequilíbrios, distorções e contradições que teriam que ser resolvidas no quadro democrático da Quarta República ou, como efetivamente se verifica a partir de abril de 1964, prevaleceria desenvolvimento excludente. A partir do início da década de 60, as taxas de crescimento caíram substantivamente, com recuperação econômica só a partir de 1967-68. Os sete ou oito primeiros anos da década de 60 foram marcados por crise que atingiu especialmente e de forma muito mais grave certos ramos industriais, como, por exemplo, as indústrias tradicionais mineiras. Verificou-se processo generalizado de insolvência de indústrias têxteis, alimentícias e de outros bens de consumo não duráveis. O caráter monopolista da indústria da década de 50, sobretudo de capital estrangeiro, significava concentração excessiva e geração de grande capacidade ociosa.

Um documento emblemático das relações entre Estado e desenvolvimento, da utilização de recursos instrumentais de planejamento e do papel de agências governamentais orientadas para o desenvolvimento regional foi o Diagnóstico da Economia Mineira de 1968, primeiro grande documento elaborado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, instituição criada em 1962. O Diagnóstico é emblemático porque consolida uma série de experiências de produção de documentos que analisaram a economia mineira e propuseram projetos de intervenção. Entretanto, no Diagnóstico a perspectiva histórica é considerada de forma requintada se comparado com os projetos anteriores. O Diagnóstico consolida certas premissas que presidem à compreensão dessas propostas de intervenção. Que premissas são essas? Primeiro, a tantas vezes mencionada consciência do atraso relativo e da presença de fortes desequilíbrios regionais internos a Minas Gerais. Segundo, a proeminência de matriz desenvolvimentista, de um pensamento desenvolvimentista, inspirado em parte na teoria

cepalina. Terceiro, o lugar do Estado, ator privilegiado na superação do subdesenvolvimento. Quarto, a política como esfera necessária e prioritária à promoção do desenvolvimento, o desenvolvimento politicamente orientado, com a participação decisiva dos técnicos.

Também é importante ressaltar que o processo de industrialização de Minas Gerais é marcado por outras especificidades. Primeiro, a descontinuidade entre a grande indústria mineira do século XX e a manufatura e o artesanato do século XIX: não são as mesmas plantas industriais, salvo raras exceções. Segundo, a descontinuidade entre o empresário pré-capitalista mineiro do século XIX e o empresário capitalista do século XX: não é o mesmo empresário, excetuados poucos casos. Terceiro, a descontinuidade entre o capital das unidades tradicionais e o capital da indústria moderna: a maior parte do capital da arrancada da industrialização mineira é capital público nacional e capital privado estrangeiro. Em quarto lugar, a desconcentração da indústria mineira até a década de 1940, em perfeita sintonia com a desconcentração do mercado consumidor e elevados custos dos transportes.

Ainda com relação à participação do empresário mineiro no processo de industrialização releva mencionar duas vertentes: uma diz que o empresário é frágil, incapaz de assumir as oportunidades da industrialização acelerada, a partir da década de 1950; outra diz que o empresário foi capaz de criar as condições para a arrancada industrial, mas, dada a vigência de certo modelo de industrialização, não foi capaz de aproveitar as condições que criou.

Uma vertente influente da historiografia mineira assume que o empresariado mineiro era frágil em capacidade de se articular, incapaz de tomar a frente do processo de transformação, de modernização, um empresariado conservador, apegado a certos valores tradicionais. Ressalta certos elementos psicossociais que, de alguma forma, condicionaram esse ator importante no processo de industrialização e determinaram a sua incapacidade de se constituir como classe, capaz de estar à frente dessas transformações. Para essa linha de interpreta-

MINAS GERAIS NA REPÚBLICA: ATRASO ECONÔMICO, ESTADO E PLANEJAMENTO

ção, o Estado assume funções adicionais, que normalmente não lhe são atribuídas, notadamente em um contexto em que predomina orientação liberal, assim como abre-se espaço significativo para o capital estrangeiro.

A outra interpretação recusa a atribuição de conservador ou pouco empreendedor imputada ao empresariado mineiro. Entende que o empresariado participou ativa e decisivamente da criação das condições para industrialização, por meio de associações de classe. Considera que a Federação das Indústrias de Minas Gerais e Associação Comercial de Minas tiveram papel extremamente relevante. Ademais, trata-se de empresariado que ocupará posição importante no aparelho de Estado, em funções diretivas, como é o caso de Américo Renné Giannetti, Secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do governo Milton Campos. No entanto, para essa vertente da historiografia, as condições da industrialização brasileira e a posição da economia mineira no quadro da economia nacional acabaram por impor ou exigir condições para uma participação mais ativa do empresariado que, a rigor, não tinha condições de atender. O Estado acabou ocupando espaço estratégico importante, sobretudo no caso de investimentos pouco atraentes, de longa maturação e de rentabilidade mais baixa, ao passo que para capitais privados estrangeiros foram criadas condições excepcionais de atração.

Por fim, analisemos o problema demográfico de Minas Gerais no século XX. As relações entre economia e demografia são certamente de primeira importância. O século XIX foi marcado por crescimento econômico, pelo menos até a terceira quadra, e concomitante crescimento populacional. Até a década de 1920, Minas detém a maior população do Brasil. O século XX foi marcado por crescimento econômico mais lento, em relação a outros estados, e por fenômeno talvez pouco conhecido: uma imensa evasão populacional. Entre 1920 e 1980, Minas Gerais é o estado com os maiores índices de emigração do país. Essa evasão de população está associada à mudança na estrutura social e no comportamento demográfico da população. Entretanto, trata-se de movimento populacional

essencialmente decorrente dos processos de urbanização, industrialização e de modernização conservadora no campo.

A modernização conservadora no campo produz graves problemas. Entre eles, a minifundiarização, ou seja, nas regiões em que a pequena produção camponesa predomina, a tendência é a da impossibilidade de reprodução dessas populações em crescimento quando a fronteira fecha. O fenômeno decorrente é a emigração, definitiva ou sazonal, em busca de novas oportunidades ou de complementação de renda. Expulsa-se também população quando a mecanização e a utilização de técnicas modernas tornam disfuncionais muitas relações de trabalho tradicionais no campo. Colonos, agregados, parceiros e meeiros não têm mais sentido nas grandes unidades produtivas, nos grandes latifúndios. As migrações internas no período contemplado têm várias faces. Eram tanto rural-urbano, como rural-rural. Buscava-se a frente pioneira, a posse compatível com as necessidades de reprodução das populações camponesas. A frente era, no entanto, instável, porque aos pioneiros se seguia a expansão agrária. O pequeno produtor abre a fronteira com uma agricultura de subsistência e níveis baixos de mercantilização. Por decorrência, não consegue sustentar a posse da terra, não consegue dar legitimidade jurídica à posse e fica permanentemente vulnerável à pressão e à expulsão exercida pela grande lavoura. Inscreve-se, portanto, em movimento contínuo de busca de nova fronteira. Outra face importante dessa migração, que apresenta caráter definitivo, é a que se dirige para as áreas em que a agricultura comercial é demandadora de mão-de-obra. Esse fenômeno explica o grande número de mineiros na fronteira do Paraná e Mato Grosso. A partir de 1930, a imigração européia perdeu importância. A expansão da fronteira da agroexportação e da grande agricultura comercial passou a se basear no emprego do trabalhador nacional. No século XIX, as condições internas de Minas permitiam que a população crescesse e encontrasse condições para sua reprodução. No século XX, rompe-se essa relação, os recursos tornam-se crescentemente insuficientes, seja pela concentração fundiária, seja pelo fechamento da fronteira, seja ainda pelo declínio histórico da

MINAS GERAIS NA REPÚBLICA: ATRASO ECONÔMICO, ESTADO E PLANEJAMENTO

produtividade da terra, resultante do nível técnico baixo e do elevado impacto ambiental das culturas tradicionais intensivas. Também se deve considerar os fatores de atração, econômicos ou não, que a vida urbana, o acesso a bens públicos e o emprego na indústria e no setor de serviços, inclusive na burocracia pública, exerceram sobre a população rural tradicional. As migrações em direção aos espaços urbanos resultaram na impossibilidade de assimilação, de emprego, das populações que chegavam aos grandes centros. Por quê? Porque a taxa de crescimento de emprego na indústria e no setor de serviços era substantivamente inferior à taxa de crescimento da população residente. Se pensarmos que essa população é acrescida da imigrante, e em número crescente, concluiremos que o resultado é evidente, ou seja, a marginalização progressiva de parcela expressiva de ambos os estratos sociais, residente e, principalmente, imigrante.

Some-se a esse cenário o problema da taxa declinante da participação dos salários na apropriação do produto industrial, e então não será difícil compreender o agravamento dos mencionados desequilíbrios sociais. No Brasil, em 1959, os salários representavam 19% do produto industrial. Em 1970, 18,7% e, em 1974, 15,5%. Agora, vejamos os dados referentes a Minas Gerais: em 1959, 20,5%; em 1970, 16,6%; e, em 1974, apenas 11,7%. Portanto, entre o esgotamento do processo de industrialização substitutiva de importações, no final da década de 1950 e o fim do “milagre econômico”, em 1974, observa-se pronunciado processo de concentração de renda e de riqueza, provavelmente em níveis historicamente inéditos. Ou seja, a participação relativa dos salários decresce de forma acentuada. O regime de 1964 criou condições excepcionais para impedir qualquer reivindicação por alteração nessas relações de força internas à sociedade brasileira. Todos os “pontos de estrangulamento social”, identificados no final da década de 50 e início da década de 60, que se esperavam superados com as “reformas de base”, que estavam na agenda política do governo João Goulart, foram abandonados. O regime de 64 assegurou a vitória do capital frente ao trabalho. A contrapartida da prosperidade do capital foi o sufocamento

das reivindicações dos trabalhadores, com a impossibilidade de organização e de associação autônomas, estrito controle dos sindicatos e ilegalidade dos processos de mobilização por meio de greves.

Uma última consideração. Conquanto a linha de exposição adotada e a interpretação da formação histórica de Minas que se buscou ressaltar possam apresentar elementos originais, ou pareçam inéditas pela específica combinação que propõem de múltiplas vertentes historiográficas, não se acredita tarefa árdua identificar as diversas matrizes interpretativas em que se recolheram subsídios ou, no caso de alguns períodos e temas, que foram inteiramente apropriadas. Em outros termos, afirma-se que o exposto pode guardar alguma relevância como ensaio geral e certamente padece de grandes limitações se examinado no particular. São agruras inerentes a intento de semelhante natureza, que, ao mesmo tempo, apresentam-se vulneráveis à crítica do especialista e estão sujeitas à comparação com os luminares do ensaio. Ainda assim, e como desde o início se afirmou, a gratificação almejada será proporcional à reflexão que suscitar sobre nossa singular formação histórica.

Bibliografia

Almeida, Carla Maria C. “Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização“. Em: *LPH - Revista de História*, n.º 5. Mariana: ICHS/UFOP, 1995.

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. *Diagnóstico da Economia Mineira*. Belo Horizonte: 1968. 6 v.

Barbosa, Lidiany Silva e Barbosa, Daniel Henrique Diniz. “Engenheiros mineiros na Era Vargas: uma contribuição sobre a atuação do corpo técnico, as políticas públicas e o processo de desenvolvimento regional de Minas Gerais“. *Anais do XII Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2006.

MINAS GERAIS NA REPÚBLICA: ATRASO ECONÔMICO, ESTADO E PLANEJAMENTO

Brito, Fausto e Souza, Joseane. “Os emigrantes: Minas no contexto das migrações internas do Brasil”. *Anais do VII Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 1995 - vol.1.

Cano, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Global; Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

Cano, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.

Cardoso, Ciro Flamarion e Brignoli, Héctor Pérez. *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

Carrara, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674 - 1807)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1997. Tese de doutorado.

Carvalho, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

Castro, Antônio Barros de. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

Delgado, Ignácio Godinho. *Estado e associações empresariais em Minas: a estratégia de um revés*. Juiz de Fora: UFJF, 1997.

Diniz, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

Dulci, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1959.

Godoy, Marcelo Magalhães e Barbosa, Lidiany Silva. “Uma outra modernização: transportes em uma província não-exportadora”.

tadora”. *Economia e Sociedade*. Volume 17, número 2. Campinas: Unicamp, 2008.

Godoy, Marcelo Magalhães, Barbosa, Daniel Henrique Diniz e Barbosa, Lidiany Silva. “Da arte de conhecer as doenças: o Diagnóstico da Economia Mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais”. *Anais do XIII Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2008.

Godoy, Marcelo Magalhães. “Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX”. *Texto para discussão n.º. 109*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996.

Godoy, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio – Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. São Paulo: FFLCH/USP, 2004. Tese de doutorado.

Graça Filho, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del-Rei (1831-1888)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. Tese de doutorado.

Holanda, Sérgio Buarque. “Metais e pedras preciosas” Em: Holanda, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo I, vol. 2, 9ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. [pp. 259-310]

Iglésias, Francisco. “Política econômica do estado de Minas Gerais, 1890-1930”. Em: *V Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

Iglésias, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

Lanna, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira*,

MINAS GERAIS NA REPÚBLICA: ATRASO ECONÔMICO, ESTADO E PLANEJAMENTO

1870-1920. Campinas: Editora da Unicamp; Brasília: CNPq, 1988.

Lenharo, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

Libby, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Lima, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1981.

Martins Filho, Amílcar Viana. *A economia política do café com leite, 1900-1930*. Belo Horizonte: UFMG, 1981.

Martins, Roberto Borges. “A economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. *Texto para discussão N.º.10*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.

Martins, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil*. Nashville: Vanderbilt University, 1980. Tese de doutorado.

Nabuco, Maria Regina. “Agricultura, Estado e desenvolvimento regional em Minas Gerais”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 58, janeiro de 1984. Belo Horizonte: UFMG, 1984.

Nabuco, Maria Regina. “Brasil e Minas Gerais: modernização e modernidade na agricultura”. *Anais do IV Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 1988.

Paiva, Clotilde Andrade e Godoy, Marcelo Magalhães. “Território de Contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX”. *Anais do X Seminário Sobre Economia Mineira*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002.

Paiva, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH-USP, 1996. Tese de doutorado.

Paula, João Antônio de. “Dois ensaios sobre a gênese da industrialização em Minas Gerais: a siderurgia e a indústria têxtil”. *Anais do II Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 1983.

Paula, João Antonio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

Paula, João Antônio. “O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história”. Em: *História Econômica e História de Empresas*, v. 5, nº 1, pp. 7/39. São Paulo: ABPHE, 2002.

Resende, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

Rodarte, Mario Marcos Sampaio. *A pertinácia das Minas que não se esgotaram*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1999. Dissertação de mestrado.

Singer, Paul Israel. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

Slenes, Robert W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. *CADERNOS IFCH N.º 17*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1985. Zemella, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec e Edusp, 1990.

Tavares, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

Wirth, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.